

# Por um Brasil com mais tecnologia

Como a desoneração da folha para o setor de TI ajudou o País  
a ampliar o emprego e a segurança para os trabalhadores



Em defesa do Plano Brasil Maior, setor de Tecnologia da Informação prova como a desoneração da folha de pagamento estimulou a economia, gerou empregos, reduziu os custos com mão de obra e fez o País crescer. Como parte do projeto de ajuste fiscal para acertar as contas, a equipe econômica tenta aumentar a carga tributária para empresas de mais de 56 segmentos econômicos. Veja as ações do Sindpd em defesa do setor.

# A luta contra o retrocesso só está começando

Sem temer os desafios, seguiremos incansáveis pela garantia dos direitos trabalhistas e contra as medidas que travam o crescimento do Brasil

Chegamos à metade do ano às voltas com um turbilhão de acontecimentos que envolvem diretamente a vida do brasileiro. Diante de uma previsão pouco otimista de crescimento, a equipe econômica decidiu investir contra aqueles que compõem a força essencial da máquina do desenvolvimento: os trabalhadores.

Atualmente, o País atravessa um momento economicamente delicado, mas já testemunhamos cenários semelhantes no passado, como na década de 1990 e durante a crise internacional de 2008. Em ambos os casos, o governo adotou medidas distintas. No primeiro, lançou mão de uma política recessiva e de ataque aos direitos, com resultados perversos para o Brasil e para os trabalhadores. Levamos anos para nos recuperarmos.

Sob os efeitos ainda mais acentuados da crise externa de 2008, o governo adotou outro posicionamento. Apostou nos investimentos em infraestrutura, na ampliação de benefícios sociais e na ma-

nutenção das garantias trabalhistas. Superamos a crise com geração de emprego e melhorando de forma significativa a distribuição de renda.

Neste ano, o cenário pessimista e a ofensiva do mercado financeiro motivaram o governo a adotar a velha receita que submete o povo brasileiro aos caprichos dos grandes investidores. Distante do discurso de combate à pobreza em sintonia com o progresso do País, a equipe econômica apresenta uma série de ajustes que conduzirão o Brasil à recessão e ao desemprego. Longe de oferecer alternativa para a retomada do crescimento, as medidas propostas simplesmente ferem direitos intocáveis da classe trabalhadora.

A História nos mostra que resistir sempre foi preciso para assegurar um ideal justo de nação, por isso, o Sindpd e a CSB empreenderam mobilizações contra as Medidas Provisórias 664 e 665, implantadas sem diálogo com o Congresso e o movimento sindical, que restringem o acesso

ao seguro-desemprego, abono salarial, pensão por morte, auxílio-doença e seguro-defeso.

Fiéis ao compromisso anunciado há mais de 30 anos – de eleger uma agenda voltada ao progresso do País e para a expansão de suas forças produtivas, sem nos tornarmos omissos às demandas emergenciais dos trabalhadores –, também empenhamos força contra o aumento dos tributos sobre a desoneração da folha de pagamento, que representa o retrocesso de uma política considerada estruturante para o crescimento do setor de Tecnologia da Informação.

Esta edição é uma amostra de que o Sindicato continua firme ao propósito da igualdade e do desenvolvimento com justiça social e de combate ao pacote de ajuste fiscal, que vai afetar a vida de milhões de brasileiros sem que haja garantia alguma de solução da crise. Destacamos a necessidade de regulamentar a prestação de serviço especializado para proteger mais de 13 milhões de trabalhadores que ainda estão à margem das garantias trabalhistas e inibir a prática predatória da terceirização.

Nesta jornada política, há também uma entrevista com o jornalista José Augusto Ribeiro, que narra o legado de Getúlio Vargas para a consolidação de direitos sociais e trabalhistas. De modo inédito, e por nosso compromisso em buscar,

sempre, melhores condições de trabalho aos profissionais de TI, oficializamos parceria com a Ticket® para diminuir os custos com as taxas administrativas sobre o auxílio-refeição às empresas da base.

Com este espírito aguerrido, de união com os trabalhadores, continuaremos na luta por um Brasil mais justo e uma nação cada vez mais próspera para todos os brasileiros.

Boa leitura,

*Antonio Neto*



## Pergunte ao Sindpd

**Há penalidade para o empregador que atrasa o recolhimento da multa compensatória de 40% sobre o FGTS nas verbas rescisórias?**



De natureza indenizatória, a multa de 40% sobre o FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) é devida ao trabalhador quando chega ao fim o contrato laboral, nas hipóteses de dispensa sem justa causa, rescisão antecipada do contrato por prazo indeterminado e de extinção do contrato pelo encerramento das atividades da empresa. Deverá ser paga também no caso de rescisão indireta, mas esta é uma situação menos comum de término de contrato de trabalho que envolve pedido perante o Poder Judiciário, merecendo, portanto, explicações mais detalhadas a serem feitas em outra oportunidade.

De acordo com o §6º do art. 477 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), todas as parcelas rescisórias deverão ser pagas: a) no primeiro dia útil seguinte ao fim do aviso prévio trabalhado ou b) em até 10 dias da notificação da dispensa, quando o empregador demitir o funcionário imediatamente, sem prévia comunicação, desobrigá-lo do cumprimento do aviso ou indenizá-lo.

Assim, se a multa de 40% sobre o FGTS não for recolhida nos prazos mencionados, o empregador fica sujeito ao pagamento de multa no valor equivalente ao salário do trabalhador conforme prevê o §8º do art. 477 da CLT.

Suas dúvidas e comentários podem estar aqui.  
Entre no site do Sindpd e participe: [www.sindpd.org.br](http://www.sindpd.org.br).

## sindpd

Av. Angélica, 35 - Santa Cecília - São Paulo, SP.  
CEP: 01227-000 | Fone: (11) 3823-5600



### Sindpd:

- **Diretor-presidente:** Antonio Neto
  - **Secretário de Comunicação e Imprensa:** Joel Chnaiderman
  - **Sindpd O Jornal:** Publicação mensal - **Tiragem:** 90.000 exemplares
  - **Jornalista Responsável:** Alessandro Rodrigues - MTB 37.604/SP
  - **Repórteres:** Daiane Cezário - MTB 73.036/SP, Cintia Santiago - MTB 69.548/SP, Bruna Pedroso - MTB 63.063/SP, Jessamy Kisber - MTB 62.778/SP, Luciane Mediato - MTB 64.934/SP e Vanessa Carvalho Elias - MTB 75.925/SP
  - **Projeto Gráfico:** Paulo Barros Jr. • **Diagramação:** Sergio Mirisola
  - **Revisão:** Sara Santos • **Fotos:** Equipe In Time e Michele Mifano
  - **Edição e Produção Gráfica:** In Time Comunicação
- Tel.: (11) 5080-0670 - [www.intimecom.com.br](http://www.intimecom.com.br)

### Endereços:

- **Araçatuba** - R. Campos Sales, 97 - Ed. Campos Sales, 9º andar, sala 94 - Centro - CEP 16010-230 - Tel: (18) 3622-1326
- **Araraquara** - Rua Padre Duarte, 151 - sala 57 - Ed. América - CEP 14800-360 - Tel/Fax: (16) 3331-1454/3335-6955
- **Bauru** - Av. Getúlio Vargas, 21/51 - salas 21/22/23 - Edifício Business Office - Jd. Europa - CEP 17017-383 - Tel/Fax: (14) 3234-4965/3245-7050
- **Campinas** - Av. Francisco Glicério, 1.717 - conj. 71/72 - Centro - CEP 13012-000 - Tel: (19) 3237-1030/Fax: (19) 3233-1112
- **Jundiaí** - Av. Jundiaí, 555 - Anhangabaú - CEP 13208-051 - Tel: (11) 4497-0423/Fax: (11) 4497-0815
- **Presidente Prudente** - Av. Cel. José Soares Marcondes, 871 - sala 112 - Bairro Bosque - CEP 19010-080 - Tel: (18) 3908-3555/3908-8544/Fax: (18) 3908-8549
- **Ribeirão Preto** - R. Cândido Portinari, 75 - CEP 14020-140 - Tel/Fax: (16) 3610-6156/3610-1285
- **Santos** - Av. Ana Costa, 79 - conj. 82 - Vila Mathias - CEP 11060-001 - Tel/Fax: (13) 3235-3707/3223-7105/3223-7202
- **São José dos Campos** - R. Major Vaz, 274 - Vila Adyana - CEP 12243-670 - Tel: (12) 3942-9705/Fax: (12) 3921-6428
- **São José do Rio Preto** - R. Silva Jardim, 2.378 - Boa Vista - CEP 15025-065 - Tel: (17) 3234-2597/Fax: (17) 3222-4515
- **Sorocaba** - R. Sete de Setembro, 287 - salas 91/92 - Centro - CEP 18035-001 - Tel: (15) 3231-4592/Fax (15) 3212-4241

# Sindpd obtém Diploma de Reconhecimento Público em Araraquara

Solenidade consolidou o empenho do Sindicato para transformar o município em polo tecnológico



Marcelo Barbieri, prefeito de Araraquara, Daniel Forini, diretor da regional do Sindpd no município, José Gustavo de Oliveira, secretário-geral da entidade, e Elias Chediek, presidente da Câmara

Em solenidade no Plenário da Câmara de Araraquara, o Sindpd recebeu novo título em reconhecimento aos esforços empenhados para o desenvolvimento do município como polo tecnológico e da população. A homenagem foi concedida pelo Decreto Legislativo nº 917, de 31 de março de 2015, de autoria da Mesa Diretora, por iniciativa do presidente da Câmara Elias Chediek (PMDB/SP).

O ato contou com a presença do prefeito da cidade, Marcelo Barbieri, do diretor regional do Sindpd no município, Daniel Forini, e do secretário-geral da Entidade, José

Gustavo Oliveira – representando o presidente Antonio Neto.

Durante a cerimônia, Chediek discursou sobre a importância da categoria enquanto força de trabalho fundamental ao progresso e ainda destacou sua natureza indispensável à realidade cotidiana. “É impossível imaginar nossa vida sem ela – a [categoria] dos profissionais de Tecnologia da Informação –, aqui representada pelo Sindpd”, destacou.

O presidente do Legislativo lembrou ainda o legado de lutas de Antonio Neto, rememorando sua história como filho e neto de ferro-

viários da Sorocabana e, sobretudo, pelo protagonismo ao fundar o Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados de São Paulo em 1984. “Com atuação ativa, não demorou muito para encabeçar uma chapa para a renovação da diretoria do Sindicato, sendo eleito presidente em 1989. Com muita abnegação, Neto comandou a reestruturação do Sindpd que, atualmente, é um dos principais sindicatos do País”, destacou Chediek.

Já o prefeito Marcelo Barbieri apontou Neto como personagem de grande relevo para a história do sindicalismo brasileiro e ainda declarou que Prefeitura e

Câmara seguem unidas para fortalecer o Sindpd e o setor. “É um Sindicato que honra nossa vida social, política e econômica, e ajuda no crescimento e na qualidade de vida da nossa população”, disse.

Ao receber a honraria, José Gustavo Oliveira lembrou as lutas e vitórias da categoria, mas foi enfático: “Queremos agora regulamentar a profissão”. Oliveira ainda congratulou o progresso da região de Araraquara como um dos polos tecnológicos mais importantes do interior do estado. “A região vem tendo um grande crescimento no setor de TI, com cerca de 200 empresas em 32 cidades, com aproximadamente 2,5 mil trabalhadores”, finalizou o secretário-geral.

Láureas reconhecem os 30 anos de intensa atuação da Entidade para o desenvolvimento do setor

As homenagens aos 30 anos do Sindpd continuam em 2015. Por iniciativa do presidente da Câmara de Jundiá, Marcelo Gastaldo (PTB), do vereador de Ribeirão Preto, André Luiz da Silva (PCB), do presidente da Câmara de Itatiba, Edvaldo Húngaro (PPS), e do vereador de Bauru, Renato Purini (PMDB), o Sindicato recebeu láureas em reconhecimento à intensa atuação em defesa dos trabalhadores de TI, em consonância com o desenvolvimento do setor.



Moção de Aplausos em Bauru foi entregue ao secretário-geral do Sindpd, José Gustavo de Oliveira Netto, que representou o presidente Antonio Neto



Em reunião com Dilma e centrais sindicais, Neto defendeu a importância do setor de Tecnologia da Informação para o contínuo avanço da economia nacional

## “É um absurdo aumentar a alíquota da desoneração da folha de 2% para 4,5% no setor de TIC”, diz Antonio Neto

**Para o presidente, o Projeto de Lei nº 863/15 representa retrocesso para o crescimento do País**

Como parte do pacote de ajuste fiscal empreendido pelo governo, está em tramitação, no Congresso, o Projeto de Lei nº 863/15, sucessor da Medida Provisória nº 669/15, que propõe o aumento do tributo sobre a desoneração da folha de pagamento para empresas de 56 setores econômicos. Concedida desde 2011 para reduzir os custos com mão de obra, estimular a economia e gerar empregos, as alíquotas sobre o sistema de salários de 1% e 2% devem saltar para 2% e 4,5% respectivamente. Com a medida, o governo pretende reduzir uma alegada renúncia fiscal estimada em R\$ 21,6 bi em 2014.

De acordo com o relator do projeto e líder do PMDB na Câmara, Leonardo Picciani (PMDB/RJ), o relatório final da proposta deverá ser encaminhado para a apreciação da Casa ainda no mês de junho, já que o texto deve sofrer modificações.

Em defesa do Plano Brasil Maior, lançado pelo governo em 2011 e considerado política estruturante para o desenvolvimento do setor de Tecnologia da Informação e Comunicação, o presidente do Sindpd, Antonio Neto, considera retrocesso o aumento de tributos para a área, uma vez que se mostrou superavitária a desoneração para o País. “É um absurdo aumentar a alíquota da desoneração da folha de 2% para 4,5% no setor de TIC. Nós trouxemos resultados. Empregos foram gerados e entrou mais dinheiro na conta do governo. Precisamos assegurar o modelo TI Maior. A desoneração reduziu um dos problemas mais graves da área de TI: a precarização da mão de obra. As contratações ilegais reduziram”, apontou.

Em negociações com o deputado federal Leonardo Picciani, Neto tem defendido a necessidade de manutenção da alíquota de 2% e da obrigatoriedade da contribuição previdenciária patronal sobre a receita bruta para o setor de TI e TIC.

No Palácio do Planalto, durante reunião entre a presidenta Dilma Rousseff, as centrais sindicais e mais oito ministros – entre eles Aloizio Mercadante (Casa Civil), Joaquim Levy (Fazenda) e Nelson Barbosa (Planejamento) – para discutir algumas das medidas que integram o pacote de ajuste fiscal, Antonio Neto ressaltou a importância da desoneração para preservar o emprego e a renda de milhares de brasileiros em um momento em que o País precisa continuar crescendo.

“A desoneração tem sido fundamental para o segmento e muito vantajosa para o governo, que consegue ter boa arrecadação mesmo com a redução dos impostos, pois o setor de TI gera mais do que gasta. Aumentar o imposto vai provocar demissões e, ainda, frear o desenvolvimento de uma área importantíssima para a competitividade do Brasil”.



*Durante a inauguração da sede própria do Sindpd, Dilma Rousseff oficializou o compromisso de estimular o crescimento do setor de TI e tornar o Brasil mais competitivo*

## COMPROMISSO

Em 2010, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a atual chefe de Estado Dilma Rousseff, à época, ministra da Casa Civil, participaram da inauguração da sede própria do Sindpd. Na ocasião, a atual governante assumiu o compromisso de tornar o Brasil mais competitivo por meio de incentivos ao setor de TI (Plano Brasil Maior), garantindo maior formalização do emprego e crescimento.

O pacto ganhou materialidade no final de 2011 quando – por meio da Medida Provisória nº 540, de 2 de agosto, convertida na Lei nº 12.546, de 14 de dezembro – a presidenta substituiu a contribuição previdenciária patronal de 20% pelo tributo sobre o faturamento da empresa, e não mais sobre a folha de pagamento, determinando alíquotas de 1% e 2%, a depender do setor econômico que a companhia integra.

Em 2014, como presidente da República em exercício, Michel Temer sancionou a Lei nº 13.043, que incluiu as empresas de Business Process Outsourcing (BPO) – terceirização de processos de negócios que



*Das mãos de entidades de representação do segmento, o vice-presidente Michel Temer recebeu documento que apresenta propostas para um programa de governo voltado às urgências do campo da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)*

utilizam processamento de dados e tecnologia da informação – na lista de beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento. A sanção atendeu a uma reivindicação do Sindpd, em conformidade com entidades de representação do segmento, que entregaram a Temer o projeto “Por um Brasil Digital e Competitivo”.

Atualmente, neste cenário em que o governo reconfigura o discurso para dar conta do ajuste fiscal equivalente a 1,2% do Produto Interno Bruto (PIB), estudo sugere que a desoneração aplicada nos últimos anos teve efeito positivo para a geração de emprego e remuneração dos trabalhadores dos segmentos beneficiados.

Defendida pelo brasileiro Clóvis Scherer no Instituto de Estudos Sociais (ISS) de Haia, na Holanda, a tese de mestrado indica que em 2012 o número médio de empregados em firmas desoneradas aumentou 17,1%, ao passo que nas empresas não beneficiadas a alta foi de 2,9%. Além do crescimento do emprego, o levantamento também aponta melhor desempenho das horas trabalhadas (9,6% a mais) e do salário real (2,3% a mais).

Scherer utilizou informações sobre 74 mil empresas dos quatro primeiros segmentos abrangidos pela medida – indústria de couro e calçados, de confecções e de parte do setor têxtil, empresas de Call Center e serviços de Tecnologia da Informação.

Economista do Departamento Inter-sindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), ele defende a manutenção das alíquotas com o aprofundamento de estudos e avaliações sobre o real impacto macroeconômico, social e fiscal do Projeto de Lei.

Em entrevista ao jornal Valor Econômico, o pesquisador também afirmou não estar convencido de que o valor da renúncia fiscal apontado pela Receita esteja correto. Para ele, se a desoneração criou empregos, é preciso considerar este impacto sobre a arrecadação da Previdência.

# Relator pode abrir exceção no projeto que reduz a desoneração

Leonardo Picciani manifestou preocupação com os setores de Comunicação e Tecnologia da Informação



Em Brasília, Picciani reuniu-se com entidades que representam o setor de TI. Na ocasião, foi entregue documento que propõe emendas ao projeto da desoneração, assim como a manutenção do tributo para o segmento

Em fase de finalização do relatório sobre o Projeto de Lei que estabelece o aumento da alíquota sobre a folha de pagamento das empresas de 56 segmentos, o deputado federal e relator do PL, Leonardo Picciani, afirmou que poderá abrir ressalva na proposta enviada pelo governo para manter o benefício, sob os percentuais atuais de 1% e 2%, para os setores de Transporte, Tecnologia da Informação e Comunicação.

O parlamentar destacou que sua equipe tem realizado estudos, a partir de dados da Receita Federal, para definir quais segmentos podem ser excluídos da política de aumento de tributos. Em entrevista ao portal G1, Picciani externou preocupação sobre o impacto da medida em segmentos estratégicos para a economia nacional.

“Há preocupação muito grande com o setor de Comunicação e Tecnologia da Informação, que têm margens estreitas e são empregadores intensivos. Um aumento do tributo pode ter efeito imediato, muito duro, em perdas de postos de trabalho”, destacou.

Embora ainda não exista certeza sobre os setores que continuarão contemplados pela regra atual, o deputado destacou que as exceções requerem atenção. “Há convencimento de que há setores que são exceção e deverão ser tratados como exceção, mas a regra será de manter o espírito do ajuste”, sentenciou.

## DIÁLOGO

A Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB), a Associação Brasileira das Empresas de Software (ABES), a Federação das Associações das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação (ASSESPRO) e a Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (BRASS-COM) entregaram a Picciani um documento que propõe emendas ao PL 863/2015 reivindicando a manutenção do tributo para o setor de Tecnologia da Informação.

Segundo levantamento feito pelas entidades, a evolução dos serviços de TI no período de 2010 a 2013 foi expressiva. A receita cresceu 15,7% ao ano, atingindo R\$ 47,5 bilhões. Neste período, foram gerados 75 mil empregos com aumento real da renda e aumento de 32% na remuneração média anual, cuja soma atingiu R\$ 47.250,00, o que representa 2,2 vezes a média nacional. O total de remunerações pagas cresceu 17,5% ao ano, acima do crescimento da receita.

De acordo com as representações do segmento, o impacto da desoneração em TIC foi zerado no ano de 2012, período em que houve superávit de R\$ 11 milhões em contribuições aos cofres públicos. Em 2013, o número aproximou-se dos R\$ 680 milhões.

# Carta aberta a Chicago

**Antonio Neto\***

Após lançar-se numa aventura suicida, cortando direitos trabalhistas e sociais para atender aos caprichos dos operadores do mercado financeiro instalados na equipe econômica – distanciando-se do projeto de combate à miséria pelo qual lutamos e defendemos –, integrantes do primeiro escalão do governo partiram para a chantagem explícita contra o povo e aliados que mantiveram seus princípios.

Um dia após a votação da MP 665, que corta o direito de os trabalhadores acessarem o seguro-desemprego, seguro-defeso e abono salarial, o senhor ministro da Fazenda, Joaquim Levy, teve a desfaçatez de insinuar restrições nos programas sociais caso o Congresso Nacional não chancela a sua proposição de aviltar os direitos sociais e o programa de desoneração que promoveu a geração e formalização de milhões de empregos.

Além de mais uma vez contradizer a presidenta Dilma Rousseff, Levy reafirma a sua posição de sabotador do governo, de inimigo dos trabalhadores e do setor produtivo, restando-lhe a triste qualificação de agente dos especuladores.

Se o governo pretendia cortar cerca de R\$ 18 bilhões do Orçamento, não precisaria fazê-lo através da criação do Fator Previdenciário para as viúvas, da terceirização da perícia médica, do aumento da criminalidade entre os jovens que não mais terão o seguro-desemprego, do desamparo aos pescadores, dos trabalhadores rurais, dos pobres deste país.

Se a desoneração da folha de pagamento, que gerou empregos e arrecadação indireta para o governo, precisa ser cortada para não atingir o programa "Minha Casa, Minha vida", afirmamos que o ministro está inteiramente equivocado, pois existem maneiras mais justas de economizar. Não precisa minar os programas, muito menos os princípios que sustentam este governo.

O senhor Levy sabe que a redução de 1% na taxa de juros (Selic) representa uma economia de mais de R\$ 25 bilhões ao ano; que o aumento dos impostos funciona como um freio para o crescimento econômico (1% da carga de tributos reduz o PIB, em longo prazo, em até 3,8%, como mostrou estudo do Ipea); que a taxação das grandes fortunas renderia ao governo mais de R\$ 100 bilhões ao ano; que a pensão ilimitada das filhas de militares consomem mais

de R\$ 5 bilhões ao ano; que a corrupção, falta de fiscalização, sonegação, entre outros desvios, drenam bilhões dos cofres públicos.

Se é possível cortar dos ricos e do sistema financeiro, por que punir os pobres, as viúvas, os trabalhadores? A explicação só pode ser a de mostrar aos especuladores que o governo, eleito pelo povo pobre deste país, tem coragem de chicotear esta parcela da população para obter índice de credibilidade. É o mesmo que matar o melhor amigo para tirar nota seis na escola.

Talvez o ministro Levy não tenha dimensão do efeito de sua aventura. Mas saiba, ministro, que o senhor humilhou parlamentares que possuíam uma história em defesa dos trabalhadores e dos direitos sociais. Obrigou-os a romper com seus princípios. Lembre-se de que, há uma semana, os mesmos apontavam o dedo para seus pares acusando-os de rasgar a CLT. Não deve ser fácil entrar agora para a história como traidores. Pelo menos uma dezena tentou se salvar, sumindo da Câmara dos Deputados.

O senhor fez com que históricos parlamentares, com suas bandeiras vermelhas em punho, depusessem seus martelos quebrados e seguissem bovinamente para um voto em favor do imperialismo capitalista.

O senhor chancelou de traidores os integrantes dos partidos que tiveram a coragem de se manterem fiéis ao projeto que ajudaram a eleger e ainda pode, ministro, macular entidades e pessoas que aceitariam vender os trabalhadores por cargos.

Além disso, o senhor está promovendo a sensação no País de que a presidenta seguiu um caminho inverso ao que prometeu na campanha.

O senhor ainda entregou aos conservadores a bandeira da defesa dos direitos trabalhistas. Ministro, o senhor está ajudando a destruir as conquistas deste país, o desenvolvimento, o ProUni, a exploração do pré-sal pela Petrobras, enfim, nossas conquistas.

Senhor ministro, faça-nos um favor, antes que seja tarde, pegue sua panela e volte para Chicago.

**\*Presidente da Central dos Sindicatos Brasileiros e do Sindpd**

DILMA: O CORTE NÃO SERÁ EXCESSIVO NEM FLEXÍVEL DEMAIS





# Medidas Provisórias 664 e 665 retiram direitos de milhões de trabalhadores

## MPs criadas pela política de ajuste fiscal do Ministério da Fazenda restringem o acesso a benefícios trabalhistas essenciais

Editadas pela equipe econômica do governo sob a alegação do reequilíbrio das contas públicas e combate às fraudes e distorções, as Medidas Provisórias 664 e 665 – que estabelecem novas regras para acesso a benefícios como o seguro-desemprego, abono salarial, seguro-defeso (para os pescadores artesanais), pensão por morte e auxílio-doença – acabam de ser aprovadas pelo Congresso Nacional.

Por expor milhares de brasileiros à margem de garantias históricas da classe trabalhadora, as medidas motivaram uma intensa agenda de mobilizações por parte do movimento sindical em defesa do povo. O Sindpd e a CSB, desde o anúncio das Medidas, empreenderam ações em Brasília, no Congresso Nacional e em todo o Brasil para sensibilizar parlamentares à derrubada das MPs.

“Nós, do movimento sindical, já entregamos ao governo propostas para o combate às fraudes e o controle do orçamento, como a tributação das grandes fortunas e a adoção de medidas que combatam a rotatividade no mercado de trabalho, como a regulamentação da Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho, que impede a demissão sem motivo dos funcionários. Ou seja, estas duas Medidas Provisórias representam simplesmente um grande retrocesso e a destruição de

direitos conquistados há anos pela classe trabalhadora”, afirma Antonio Neto.

### COMO FICAM OS CORTES

Sobre a nova regra que restringe o recebimento da pensão por morte e do auxílio-doença, Neto considera um equívoco que a parcela mais vulnerável da população arque com o reajuste. Para ele, o texto cria o que classifica como “fator previdenciário das viúvas”. “Quem vai sofrer mais com essa regra é a classe operária. E as mulheres serão as mais atingidas. Por exemplo, uma mulher que não tiver filhos receberá apenas 50% da pensão que seu marido teria direito. Os estudos e os números mostram que o governo fere quem mais precisa do benefício”, critica.

Com a aprovação, só receberá a pensão por morte aquele que tenha, no mínimo, dois anos de casamento ou união estável e que contribuiu com a Previdência por pelo menos 18 meses. O cônjuge só receberá a pensão de maneira vitalícia se tiver mais de 44 anos de idade; os mais jovens recebem apenas por um tempo determinado, que varia de 3 a 20 anos.

Como uma das bandeiras de luta encampadas pelo Sindpd e pela CSB, a emenda ao fim do fator previdenciário, inserida na MP 664, também foi aprovada no

Congresso. O texto propõe a fórmula 85/95, pela qual o trabalhador se aposenta com vencimento integral se a soma da idade e do tempo de contribuição resultar 85 para mulheres ou 95 para os homens, alternativa viável à garantia de uma remuneração minimamente justa ao trabalhador que contribuiu anos com a Previdência Social. Sobre esta pauta, as duas entidades trabalharão para que ela se mantenha na Medida Provisória, uma vez que traz ao trabalhador que se aposenta o mínimo de justiça.

O único item retirado do texto inicial do projeto é o que diz respeito ao prazo para requisição do auxílio-doença que, pela proposta, aumentaria para 30 dias o prazo para o INSS começar a arcar com o pagamento do trabalhador afastado. Esta única exclusão mantém o prazo em 15 dias, o que beneficia apenas os empresários.

As perícias médicas para a concessão dos benefícios da Previdência não serão mais exclusivas dos médicos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), podendo ser feitas por instituições privadas, o que precariza os serviços prestados e deixa os trabalhadores desprotegidos.

De acordo com a nova redação da MP 665, só terá direito ao seguro-desemprego quem tiver trabalhado por ao menos 12

meses nos últimos dois anos. Já na segunda solicitação, serão necessários nove meses de atividade, sendo que para o terceiro requerimento a medida exige seis meses de vínculo empregatício.

Em relação ao abono salarial, o empregado que recebe até dois salários mínimos deverá ter trabalhado por três meses para ter direito ao benefício, sendo a remuneração proporcional ao tempo de serviço. Sobre este ponto, Neto afirma que a CSB irá à Justiça para derrubar a nova regra, já que a Constituição Federal determina o pagamento integral de um salário mínimo.

“A Constituição é muito clara quando diz que o trabalhador deve receber de abono um salário mínimo integral. Então iremos à Justiça para derrubar a regra do abono porque ela é inconstitucional. O governo não pode macular algo que nossa Carta Magna estabelece”, disse Neto.

Quanto ao seguro-defeso, pago ao pescador durante o período em que a pesca é proibida, foi mantida a regra vigente antes da MP, ou seja, o pescador precisa ter, pelo menos, um ano de registro na categoria, ainda que o governo pretendesse aumentar essa exigência para 3 anos.

Em Brasília, diretoria da CSB realiza mobilização contras as MPs que retiram direitos trabalhistas



# Sindpd conquista indenização

## para funcionários da Stefanini e Fidelity de Itu

Justiça reparou demissões ilegais durante o período de greve da categoria em 2014



Mediante ações do corpo jurídico do Sindpd em São Paulo e nas regionais de Sorocaba e São José dos Campos, três profissionais – dois da empresa Stefanini IT Solutions e um da Fidelity – tiveram suas demissões reparadas pela Justiça em razão da ilegalidade da dispensa durante o período de greve da categoria no ano de 2014.

No processo contra a Fidelity, a Delegacia Regional da cidade determinou a reintegração imediata do funcionário, também integrante da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), argumento que, por si só, desmotivaria sua dispensa.

Já nas ações em defesa dos profissionais da Stefanini, a 55ª Vara do Trabalho de São Paulo e o Tribunal Regional do Trabalho da 15ª região, respectivamente, determinaram o pagamento de indenização substitutiva à garantia de emprego, desde a dispensa até o término da estabilidade, respeitados os parâmetros da remuneração definidos em cada caso.

“Com a persistência e firmeza nos fundamentos, o Jurídico do Sindpd está contribuindo para a formação de jurisprudência no sentido de que a lei de greve tem de ser vista e aplicada pelo Judiciário quando desdenhada pelos patrões”, elogiou o diretor do departamento jurídico do Sindicato, José Eduardo Furlanetto.

De acordo com dados da seção, aproximadamente 15 processos contra a Stefanini foram liquidados em benefício dos trabalhadores. Há outros 24 que ainda estão em andamento.

## Funcionários da PRODAM aprovam Acordo Coletivo 2015

Durante assembleia, profissionais validaram reajuste de 7%

O Sindpd realizou assembleia com funcionários da PRODAM/SP, Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Município de São Paulo, para votar as propostas do Acordo Complementar Coletivo de Trabalho (ACCT) de 2015.

“Há muitos anos que renovamos esta extensão da Convenção Coletiva, sempre trazendo condições melhores para os trabalhadores da PRODAM”, disse o vice-presidente João Antonio Nunes Gomes da Silva. “Todas as cláusulas mais benéficas para os empregados foram melhoradas”, completou.

As cláusulas econômicas serão reajustadas em 7%, sendo que o vale-refeição obteve percentual mais elevado na comparação com os outros itens.

Também foi aprovada a implantação do sistema alternativo de ponto eletrônico em substituição ao sistema de biometria. O objetivo é facilitar e tornar mais ágil o registro de ponto dos trabalhadores. Além disso, foi considerada a complementação do auxílio previdenciário para afastamentos motivados por acidentes de trabalho. “Na nossa visão, é uma conquista, porque isso significa que a empresa está se preocupando com a segurança dos trabalhadores”, explicou João Antônio.

# Regulamentação da prestação de serviço garante direitos a mais de 13 milhões de trabalhadores

## Sindpd luta no Senado para aprimorar PLC 30 e evitar a precarização

O Projeto de Lei nº 30/2015, que regulamenta a prestação de serviço especializado, está em tramitação no Congresso Nacional e pretende pôr fim à precarização na terceirização da mão de obra que flexibiliza direitos trabalhistas de mais de 13 milhões de brasileiros. Reuniões e audiências foram realizadas pelo Congresso com o objetivo de debater e negociar os principais pontos do PL.

Aprovado pela Câmara dos Deputados, o Projeto está na pauta do Senado Federal e em muito se distancia do texto original. As centrais sindicais conseguiram instituir o princípio básico do que seria a verdadeira terceirização, isto é, a prestação de serviço especializado em que uma tomadora contrata o serviço e não terceiriza seu funcionário. O novo texto define que a prestadora deve ter objeto único, qualificação técnica e capacidade econômica compatível com os serviços a serem prestados.

Para evitar a iniciativa predatória, e por reivindicação da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB), as empresas públicas e sociedades de economia mista não foram incluídas nas regras previstas pelo PL. A redação ainda determina a responsabilidade solidária, em que a empresa contratante se encarregará das obrigações trabalhistas e previdenciárias caso a contratada falte com suas obrigações legais. Inicialmente, a cláusula determina a responsabilidade subsidiária, isto é, a contratante

deve fiscalizar e assegurar o pagamento dos direitos trabalhistas por parte das prestadoras de serviços; se a contratante for omissa e não fiscalizar, a responsabilidade torna-se solidária.

Para Antonio Neto, o Projeto tem por intenção proteger uma grande parcela de profissionais que estão à margem das garantias, sobretudo por não existir uma jurisprudência que determine os limites da prática. "Esse Projeto de Lei vem regular a relação capital-trabalho de mais de 13 milhões de profissionais que, embora celetistas, na verdade estão soltos. Se a empresa desaparece e não cumpre, eles vão ter de ir para a Justiça buscar os seus direitos. E essa lei vem cumprir essa lacuna legal e dar a esses trabalhadores garantias", explicitou o presidente do Sindpd.

Outro ponto essencial na proposta, e que ainda está sendo negociada em Brasília, é a terceirização da atividade-fim das empresas. O movimento sindical, setores da sociedade e parte dos parlamentares defendem que a terceirização seja feita apenas na atividade-meio, ou seja, não atingir o ramo principal de atividade da companhia. O Presidente do Senado, Renan Calheiros, defende a normatização dos que já estão inseridos neste regime de trabalho, mas manifesta desconforto quanto ao desenvolvimento desse novo modelo de crescimento econômico que representa o retrocesso sob a óptica dos direitos trabalhistas.

"Eu defendo a necessidade de modernizar nossa economia e acho, sim, que tem que regulamentar os terceirizados existentes, esses 13 milhões de trabalhadores, mas não podemos precarizar outros 40 milhões. O Legislativo pode, sim, regulamentar a terceirização da atividade-fim, mas essa é uma nova opção de desenvolvimento para o Brasil. Uma opção que precariza as relações de trabalho, revoga a CLT [Consolidação das Leis do Trabalho], e a CLT não pode ser revogada assim", declarou Calheiros.

Na sequência dos avanços do texto do PL, o Projeto garante a representatividade sindical dos profissionais terceirizados pelo sindicato, quando ambas estiverem inseridas na mesma categoria econômica. Quanto aos impostos, a tomadora dos serviços torna-se responsável por recolher antecipadamente parte dos tributos devidos pela contratada, além de ficar garantido o pagamento dos prestadores em caso de falência ou problemas administrativos de qualquer ordem.

Aos prestadores de serviços é determinada a extensão dos mesmos direitos assegurados em local de trabalho aos funcionários da empresa contratante, como alimentação em refeitório, quando a companhia oferecer esta condição; serviços de transporte; atendimento médico ou ambulatorial nas dependências da empresa; e treinamento nos casos em que a atividade exija.

## Entenda o projeto que irá regulamentar o trabalho de mais de 13 milhões de brasileiros



 <b>QUEM PODE</b>	 <b>QUEM NÃO PODE</b>	<b>MUDANÇAS</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Empresas privadas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Administração pública direta</li> <li>• Empresas públicas</li> <li>• Sociedades de economia mista</li> <li>• Fundações</li> <li>• Serviços domésticos, de vigilância e transporte de valores</li> <li>• Autarquias</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Proibição da atividade-fim</li> </ul>



### EXIGÊNCIAS - ESPECIALIZAÇÃO

A terceirizada deve ter objeto social único, ou mais de um quando na mesma área de especialização, possuir qualificação técnica (com profissionais legalmente habilitados) e ter capacidade econômica compatível com a execução do serviço.



### CONTRATOS DE TRABALHO

- O profissional terceirizado não pode exercer atividade distinta da prevista no contrato;
- A empresa contratada poderá terceirizar parte do trabalho quando tratar-se de serviço técnico especializado desde que exista previsão em contrato;
- A continuidade do contrato de trabalho só será permitida para a mesma empresa contratante.



### REPRESENTAÇÃO

Quando o contrato se der entre empresas de mesma categoria econômica, os funcionários terceirizados serão representados pelo mesmo sindicato da empresa tomadora.



### GARANTIAS

As contratantes deverão fiscalizar e assegurar o pagamento de direitos trabalhistas por parte das prestadoras; em caso de omissão, serão responsáveis por quitar as obrigações trabalhistas e previdenciárias.



### IGUALDADE

Os funcionários terceirizados devem ter as mesmas condições de alimentação, transporte, atendimento médico, ambulatorial e de treinamento, quando necessário, dos demais contratados.



### SEGURANÇA

A contratante deverá recolher, de forma antecipada, parte dos tributos devidos pela contratada, além de garantir o pagamento das obrigações em caso de falência ou problemas administrativos.



Reuniões entre empresas, funcionários e representantes do Sindicato aumentaram depois de estabelecida obrigatoriedade do pagamento da PLR a todos



As propostas de PLR são aprovadas durante reuniões e assembleias entre representantes da empresa e trabalhadores. Em 2015, o Sindpd acompanhou os trabalhadores em mais de 400 empresas (Foto: New Soft e Exbiz)



A Participação nos Lucros e/ou Resultados é considerada um importante instrumento para propiciar o aumento da produtividade e a satisfação dos trabalhadores

# Acordos revelam nova realidade com "PLR para todos"

Após conquista da categoria, Sindpd apresenta semestre de sucesso atingindo mais de 411 acordos e 50 mil pessoas beneficiadas pelo direito

"É justo o trabalhador receber parte da riqueza que ele produz", afirma comissão

O ano de 2014 foi produtivo em todos os sentidos para os trabalhadores de TI, especialmente no que diz respeito à concessão do direito de Participação nos Lucros e/ou Resultados (PLR). Mais de 70 mil trabalhadores da categoria foram beneficiados até dezembro do ano passado. E espera-se que o número aumente em 2015 com a conquista em Convenção Coletiva da "PLR para todos". Só no primeiro semestre de 2015, mais de 50 mil trabalhadores tiveram seus benefícios aprovados.

Após a terceira mesa de negociação da Campanha Salarial deste ano, entre o Sindpd e o Seprosp, a PLR passou a ser uma obrigação para todas as empresas, independentemente da quantidade de funcionários. "Conseguimos alcançar muitas conquistas, no entanto, conseguir estender o direito da PLR a todos os trabalhadores da nossa categoria significa o início de mudanças ainda maiores no futuro", comemorou o presidente do Sindicato, Antonio Neto.

"A Participação nos Lucros ainda está engatinhando no Brasil. Algumas categorias têm mais, outras não têm. O ideal é que todas as empresas adotem programas de PLR. É justo o trabalhador receber parte da riqueza que ele produz. Ela deve se popularizar cada vez mais, e, daqui a alguns anos, poderá ser vista como mais um benefício-padrão, como o próprio plano de saúde", afirmaram os membros da comissão da empresa Elucid Solutions, Everton de Sá Pressendo e Renata Pasin Pereira.

No primeiro semestre de 2015, o Sindpd esteve em mais de 400 empresas de todo o estado – desde as pequenas, com dois funcionários, até as grandes, que chegam a mais de 4 mil trabalhadores – para acompanhar o processo de fechamento de acordos de PLR entre empresa e trabalhadores. Ao total, já foram beneficiadas 51.392 pessoas.

"O papel do Sindpd de conscientizar os funcionários da existência e aplicabilidade da PLR é louvável e reforça o papel do Sindicato na relação empresa-funcionário", afirmou o funcionário da A100 Row Serviços de Dados, Hermann Pais.

Pesquisa feita pela empresa de RH Michael Page apontou que o benefício mais esperado pelos trabalhadores é a PLR e, em muitos casos, é mais desejado que o próprio plano de saúde. Das 150 melhores empresas para trabalhar destacadas no Guia Você S/A, 80% já dividem o lucro entre os funcionários.

A expectativa é que, ainda este ano, o Sindpd conquiste, ao lado dos trabalhadores, mais acordos e repita o sucesso deste primeiro semestre. "A PLR é uma das formas que as empresas têm de valorizar seus funcionários e dividir com eles o que lhes é de direito, já que os lucros das companhias vêm da força de trabalho desses profissionais", analisou o presidente Antonio Neto.

# “O suicídio de Vargas não foi uma covardia, mas sim um ato de heroísmo”,

afirma José Augusto Ribeiro

Jornalista e escritor fala sobre as principais conquistas do trabalhador brasileiro, iniciadas por Getúlio Vargas

José Augusto Ribeiro durante sua palestra sobre a Era Vargas no Seminário de Pauta do Sindpd em 2014



O Estado Novo - nome que se deu ao período em que Getúlio Vargas governou o Brasil, entre os anos de 1937 e 1945 - foi marcado por conquistas históricas, como a criação da legislação trabalhista, do Ministério do Trabalho e da Justiça do Trabalho, salário mínimo, jornada de oito horas, previdência social e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A Era Vargas conseguiu mudar o rumo das relações trabalhistas no Brasil e se tornou o principal instrumento de proteção dos brasileiros. É sobre estas conquistas e o legado de Getúlio que o jornalista e escritor José Augusto Ribeiro – autor da trilogia “A Era Vargas”, que será relançada em 2015 – concedeu entrevista ao Jornal do Sindpd.

## ERA VARGAS E AS LEIS DE PROTEÇÃO AO TRABALHADOR

A Revolução de 1930, movimento que levou Getúlio Vargas ao poder e encerrou um período de dominação da oligarquia cafeeira, acabou com a chamada Velha República e iniciou um novo ciclo na história do País. José Augusto Ribeiro afirma que a Revolução de 30 deu início à existência das leis trabalhistas no Brasil.

“Antes havia uma ou outra lei que o Brasil tinha assinado se comprometendo a respeitar certos direitos dos trabalhadores. Isso não era efetivo porque os sindicatos não podiam funcionar. Então, a Revolução de 30 adotou leis muito mais amplas e fez cumprir as leis trabalhistas, mas, sobretudo, assegurou a liberdade dos sindicatos. Isso foi o mais im-

portante”, explica. Para o jornalista, a política de valorização do salário mínimo atual é herança de Vargas. “O salário mínimo é reajustado acima da inflação hoje, e tudo isso vem lá da revolução de 30”, conta.

José Augusto Ribeiro destaca que o Estado Novo foi inevitável nos rumos dos acontecimentos da época, principalmente para evitar que uma ditadura militar de extrema direita, favorável à ideologia de Adolf Hitler, dominasse o Brasil e tirasse o País do projeto de crescimento, soberania e igualdade idealizado por Vargas.

“Getúlio impediu que o Brasil tomasse o caminho de Hitler. Tanto que, logo que ele decretou o Estado Novo, o subsecretário de estado dos Estados Unidos, Summer Wells, disse ‘Agora nós temos a certeza de que o Brasil está conosco contra Hitler’. A mesma coisa foi dita na Inglaterra por um porta-voz do governo inglês na Câmara dos Lordes. E se o Estado Novo tranquilizou as duas maiores potências aliadas na luta contra Hitler, pode-se ter certeza de que o objetivo foi esse”, afirmou o jornalista sobre a importância do período para os rumos do País e para a consolidação dos ideais do trabalhismo proposto pelo presidente.

## SOBERANIA NACIONAL E O LEGADO DE VARGAS

Getúlio Vargas foi um defensor da valorização e proteção das riquezas nacionais, bem como do estímulo à criação de uma nação independente

e justa para os brasileiros. Com este objetivo, construiu, no final dos anos 1940, a campanha “O petróleo é nosso” para despertar a sociedade brasileira para a necessidade da criação de uma empresa nacional estatal para gerir este recurso que se transformaria numa das principais riquezas do Brasil.

A iniciativa culminou com a criação da Petrobras em 1953. Segundo Ribeiro, a descoberta do pré-sal representa a importância da insistência de Vargas na criação da empresa. “A Petrobras hoje nos deu o pré-sal. Só o Brasil tem, e por causa dela. Uma empresa privada não teria condições de investir o que a Petrobras investiu no pré-sal”, pontua.

O escritor conta que Getúlio passou a sofrer ataques de vários setores da política, da imprensa, da sociedade civil e militares para desistir da criação da estatal, mas seguiu seu ideal até o fim da vida. Ribeiro revela que o objetivo dos opositores de Vargas era liquidar as realizações do presidente. “Tanto que, quando Getúlio se suicidou [em agosto de 1954], o sucessor dele, o vice-presidente Café Filho - que estava mancomunado com o golpe - primeiro decidiu não mexer no aumento de 100% do salário mínimo”, diz. “E, segundo, decidiu não mexer com a Petrobras, sabendo que aquilo estava no coração do povo brasileiro. E essa coisa se solidificou com o suicídio, que não foi um gesto de fuga ou covardia, e sim um ato de heroísmo. Ele sacrificou a vida para preservar as coisas que ele tinha feito”, completa o entrevistado.

## A MODERNIDADE DA CLT

No dia 1º de maio de 1943, Getúlio Vargas assinou o Decreto-Lei nº 5.452, que reunia todas as leis de proteção ao trabalhador: nascia a CLT. Foi um marco para o País, que impulsionou a máquina da modernização do Brasil, aumentando também o acesso à educação, à qualificação profissional e à formalização das leis trabalhistas. José Augusto Ribeiro afirma que modernizar a CLT é manter os direitos que ela garante há mais de 70 anos, além de evitar que os acordos firmados entre empresas e trabalhadores se sobreponham ao que a lei estabelece.

“No momento em que se fizer isso, com a ameaça de desemprego, qualquer empresa consegue de seus trabalhadores um acordo para reduzir tempo de férias, aumento integral de salários, bem como obrigar o trabalhador a fazer horas extras sem pagar corretamente. Ou seja, vários abusos serão permitidos”, critica o jornalista.

“Essa coisa do acordo prevalecer sobre a lei é inspirada nos EUA, porque lá não há propriamente uma legislação social. Então valem as Convenções Coletivas de Trabalho. Isso pode ser bom para eles, não necessariamente para o Brasil. Mas ainda tem gente que acha que o que é bom para os EUA é bom para o Brasil. Mas eu não concordo com isso”, finaliza José Augusto Ribeiro.

# Projetos levam meninas para computação

Iniciativas exclusivas para mulheres tentam acabar com a disparidade de gênero na área de tecnologia no Brasil



Quando Camila Achutti, 23, decidiu se graduar em ciência da computação pela USP, ela diz que não imaginava que entraria em uma área dominada por homens. Ainda assim, foi a única mulher da classe de 2013 a se formar. Determinada a transformar o cenário, Achutti ajudou a trazer para o Brasil, no mesmo ano, o Technovation, um concurso de empreendedorismo digital que incentiva garotas a desenvolver um app de celular que possa resolver um problema da sociedade.

Em seu primeiro ano no país, o programa levou um grupo de estudantes de Santos, no litoral de São Paulo, para a final da competição na sede do Twitter, na Califórnia (EUA). O aplicativo criado por elas, chamado SolidarieAPP, conectava pessoas interessadas em projetos voluntários. Ficou em terceiro lugar.

Nathalia Gomes, 18, era uma das integrantes do grupo. Hoje, estuda química na USP e colabora para a expansão do projeto. "O Technovation mostra que a programação pode ser uma ferramenta útil para mudar o mundo".

Em fevereiro, Facebook e LinkedIn anunciaram um projeto colaborativo de programas de mentoria e suporte para elevar o número de mulheres que estudam tecnologia nas universidades. O Google diz investir, desde 2010, milhões de dólares em organizações e iniciativas exclusivas para garotas, in-

clusive na Black Girls Code, voltada para meninas negras. A empresa conta ainda com um projeto próprio chamado Made with Code.

No Brasil, a Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM) nacional investiu, no ano passado, R\$ 10,9 milhões num programa para ampliar o número de estudantes do sexo feminino nas áreas de exatas.

Segundo o Censo da Educação Superior de 2013, do Inep (Instituto de Pesquisas Estatísticas), ciência da computação é um dos cursos de graduação pelos quais os homens mais optam. Enquanto as mulheres preferem pedagogia, enfermagem, serviço social e psicologia.

"O estereótipo da mulher como responsável por cuidar das outras pessoas ainda é forte", diz Achutti, que também é influenciadora digital da faculdade Fiap.

A proporção do cenário acadêmico se repete no mercado de trabalho. E além da baixa inserção de mulheres na área, existe ainda um problema de evasão, segundo Juliana Borin, professora do Instituto de Computação da Unicamp. "No Brasil não há muitas estatísticas sobre isso, mas o ambiente predominantemente masculino pode influenciar a decisão", diz ela. "Isso pode ser intimidador para algumas mulheres".

## Estamos no ano de fazer o empoderamento das mulheres, afinal, 45% dos trabalhadores de TI do estado de São Paulo são mulheres", disse Antonio Neto

Antes da exibição de "Meu passado me condena", presidente reforçou o compromisso da Entidade com as trabalhadoras do setor

Após registro recorde de inscrições, aproximadamente 600 associadas e seus acompanhantes compareceram ao Teatro Shopping Frei Caneca para a exibição da peça "Meu passado me condena", que conta com a atuação dos humoristas Fábio Porchat e Miá Mello. Idealizada em celebração ao Dia Internacional da Mulher, a programação faz parte da agenda de compromissos do Sindpd em prol da valorização das trabalhadoras.

"Temos procurado fazer ações em resgate ao dia 8 de março para celebrar a organização das mulheres. Mas nós não queremos fazer só este tipo de atividade cultural, precisamos também aparelhar as trabalhadoras; discutir os problemas específicos delas no trabalho e seu crescimento profissional", afirmou Neto.

De acordo com o presidente, o Sindicato irá realizar o Encontro da Mulher Trabalhadora de Tecnologia da Informação para contribuir de forma mais intensa à consolidação de políticas que valorizem as profissionais. "Estamos no ano de fazer o empoderamento das mulheres, afinal, 45% dos trabalhadores de TI do estado de São Paulo são mulheres. Nada mais justo do que contribuirmos com sua organização. Será um dia para discutir os problemas que elas enfrentam no cotidiano da profissão", destacou.

As regionais também realizaram programações especiais ao longo do mês de março. Confira a cobertura completa dos eventos do Dia Internacional da Mulher no site do Sindpd.



Agenda de ações em celebração ao Dia Internacional da Mulher reforça o compromisso da Entidade na busca pela igualdade de gênero

# Netspeed passa a pagar totalidade do plano de saúde dos funcionários

Localizada em São José do Rio Preto, empresa beneficiará mais de 70 trabalhadores

O plano de saúde ainda é uma questão que provoca debates entre empresas e trabalhadores. No entanto, em São José do Rio Preto, os profissionais da Netspeed obtiveram uma grande conquista. Por iniciativa da empresa, 70 funcionários não precisarão mais arcar com os custos do convênio médico, que será assumido em totalidade pela companhia.

"A empresa pagava 30% da assistência e, espontaneamente, passou a arcar com o pagamento total do convênio médico. É uma conquista para os trabalhadores e também para a região, que agora tem um exemplo positivo a respeito de um tema que é de interesse geral", afirmou o diretor do Sindpd Valcir Fernando da Silva.

Depois do significativo aumento do custo de vida em São Paulo, apontado pelo Dieese em pesquisa realizada em fevereiro deste ano, o quesito saúde foi um dos que contribuíram para a alta. No setor, 1,52% dos gastos correspondem à assistência médica, principalmente em razão de reajustes das consultas médicas, seguros e convênios.

Para o gerente de recursos humanos da Netspeed, Gilson Sandrin, com a economia no holerite mensal, os colaboradores passaram a incluir os seus



dependentes, e quem não tem dependentes alegou que agora pode pagar até mesmo uma previdência privada, um consórcio de motos, etc. "O Sindpd sempre teve participação, mesmo porque é um sindicato que sempre está pensando nos associados. Na nossa empresa, temos quase zero por cento de colaboradores que não aderiram à mensalidade associativa", contou o trabalhador.

## CRESCIMENTO

De acordo com o Instituto de Estudos de Saúde Suplementar (IESS), houve aumento de 2,5% na contratação de planos de saúde médico-hospitalares

em 2014 frente ao ano anterior. Em 12 meses, isso representou um acréscimo de 1,26 milhão de beneficiários, totalizando 50,84 milhões.

A pesquisa de benefícios da Towers Watson - que contou com a participação de 194 empresas nacionais e multinacionais de diversos segmentos de mercado - examinou o plano de saúde oferecido aos trabalhadores no Brasil. Realizado em 2012, o documento afirma que a grande maioria das empresas compartilha os custos do plano de saúde com os empregados. Em média, o compartilhamento dos custos é de 86% para a empresa versus 14% para o empregado.

Acompanhe a cobertura completa dos jogos pelo site do Sindpd!

XXIII CAMPEONATO DE FUTSAL

sindpd



## Ações de solidariedade beneficiam ONG Casa Mater

Por iniciativa da regional do Sindpd em Araraquara, instituição recebe ovos de Páscoa e itens de higiene bucal

Todos os anos, a regional do Sindpd em Araraquara inclui em seu calendário ações afirmativas em benefício das crianças e adolescentes assistidos pela ONG Casa Mater. Desta vez, e por meio das campanhas "Páscoa solidária" e "Cuidar faz bem", o Sindicato conseguiu arrecadar 345 ovos e bombons de chocolate, além de 309 itens para higiene bucal, como creme, escovas e fio dental.

De acordo com a diretoria do Sindicato, o material recolhido já foi encaminhado à ONG. "O balanço das campanhas foi extremamente positivo. Nossa agenda de ações solidárias a cada ano cresce mais. Não poderíamos estar mais orgulhosos, especialmente por perceber a participação ativa da comunidade", afirmou Daniel Forini.



# Sindicato conquista PLR retroativa de cinco anos aos profissionais do Citi Brasil

**Por decisão judicial, trabalhadores de TI devem receber a Participação sobre os Lucros de 2009 a 2013**

Em 15 de maio, a 82ª Vara do Trabalho de São Paulo deu ganho de causa à ação encaminhada pelo Sindpd reclamando a Participação nos Lucros e/ou Resultados, dos últimos cinco anos, aos profissionais da empresa Citi Brasil Comércio e Participações Ltda., braço tecnológico do Citi Bank.

Proposta em 2013, a ação teve por base a cláusula 16ª das Convenções Coletivas de Trabalho de 2009 a 2013 que determinam a extensão do benefício aos funcionários de empresas de Tecnologia da Informação nos casos em que integrem o grupo econômico que já oferece a vantagem em suas respectivas companhias.

Em sua sentença, a 1ª Juíza Patrícia Therezinha de Toledo esclareceu que os eventuais requerimentos

sobre a participação nos anos posteriores a 2013 devem ser postulados em nova ação. Deste modo, o Sindicato reclamará a PLR de 2014, fixada em 90% do salário mais uma parcela fixa de R\$ 1.837,99, que é a regra deste ano.

"Ainda cabe recurso por parte do Citi Brasil, mas já podemos considerar que os trabalhadores ganharam uma caderneta de poupança", afirmou o presidente do Sindpd, Antonio Neto.

De 2009 a 2013, a regra básica sobre a PLR estabeleceu a remuneração sobre 90% do salário mais parcela fixa de R\$ 1.024 (2009), R\$ 1.100 (2010), R\$ 1.400 (2011), R\$ 1.500 (2012) e R\$ 1.694 (2013).

## Aluno do grupo de teatro do Sindpd apresenta CD de blues para brasileiros

**Funcionário da BSI Tecnologia, Alex Dupas divulga álbum "Assalariado"**

O grupo de teatro do Sindpd, em parceria com o Teatro Commune, tem revelado grandes talentos; prova disso é o lançamento do projeto musical do artista Alex Dupas, o "Assalariado".

Funcionário da BSI Tecnologia, Dupas também é compositor, com 18 anos de carreira, e entrou para o meio teatral há pouco mais de um ano, quando viu o anúncio das aulas de teatro no jornal do Sindicato. "Há algum tempo que eu me interesse pela arte teatral. Foi em janeiro de 2014 que eu literalmente encontrei a oportunidade para experimentar essa arte", disse.

Aliando o teatro e a música, o show de Alex Dupas tornou-se ainda mais interativo. "As aulas de teatro me ajudaram e me ajudam muito nas minhas apresentações musicais, tanto na interpretação das músicas como para ter um relacionamento mais próximo com o público", conta o músico.

### BLUES COM A CARA DO BRASIL

A história em torno do álbum autoral "Assalariado" aproxima ainda mais o público de Dupas. O CD começa com o conto "História de um Bluesman". Tra-

çando um paralelo entre a cultura dos Estados Unidos e a realidade brasileira, conta a trajetória do negro norte-americano, que sai dos campos de algodão do sul dos EUA e vai tentar a sorte em Chicago, onde é obrigado a arrumar um emprego para sobreviver, tornando-se, então, assalariado.

Para Alex Dupas, o blues é muito mais que um estilo musical, é um movimento sociocultural que transformou uma nação e influenciou muitas outras. "Apesar de o Brasil também ter tido essa influência, uma boa parcela da população brasileira desconhece essas influências e até mesmo não sabe o que é o blues e o que ele representa. Dessa forma, difundir o blues no Brasil, além de manter viva toda essa cultura, é também mostrar o paralelo e o cruzamento com a cultura brasileira, e continuar abrindo novas fronteiras", explicou.

O CD é inteiramente composto por canções em português, mostrando referências do jazz, funk, groove, country e rock dos anos 50. Para conhecer melhor o conceito da obra e o trabalho do artista, visite [www.alexdupas.com.br](http://www.alexdupas.com.br).



Dupas já dividiu palco com artistas de expressão no cenário blues, tais como Ruth London, Bee Scott, J. J. Jackson, entre outros

parceria



## PARCERIA COM A TICKET® GARANTE TAXAS MENORES ÀS EMPRESAS DE TI

*Economia para o trabalhador e o empresário; saiba como esta conquista do Sindpd trará vantagens para todo o segmento*

**R**ecentemente, o Sindpd conquistou uma importante vitória: o benefício refeição, permitindo que os trabalhadores em Tecnologia da Informação do estado de São Paulo tenham acesso à alimentação digna, com considerável redução sobre os gastos pessoais em refeições diárias.

Na Convenção Coletiva de Trabalho deste ano, além do aumento sobre o valor do auxílio-refeição, o Sindicato conseguiu estabelecer avanços a propósito do direito ao benefício, posto que seis meses após a assinatura da Convenção, a garantia tornou-se obrigatória para empresas com mais de 10 funcionários, e, a partir de 1º de janeiro de 2016, passará a vigorar para toda a categoria sem qualquer fator de limitação.

Para consolidar esta conquista, o Sindpd buscou parceria com a Ticket® para diminuir os custos com as taxas administrativas às empresas da base que aderirem a este convênio.

Aos empresários que já usufruem da modalidade ticket, outra importante vantagem do benefício é a economia em despesas e trabalhos operacionais do RH, com menos burocracia e gastos desnecessários para a gestão do benefício. Cabe destacar que a garantia à alimentação de qualidade valoriza a classe trabalhadora, com impactos diretos sobre seu desempenho e produtividade.

Veja mais detalhes sobre esta parceria inédita em: [www.ticket.com.br/sindpd](http://www.ticket.com.br/sindpd) ou, ainda, por meio do telefone: 4003-2110 (ramal: 21339).



### + Vantagens Ticket® para o trabalhador:

**Rede Credenciada Ampla** – Presente em 97% do país.

**Aplicativo Ticket®** – Tenha seu saldo onde e quando quiser na palma da sua mão.

**Benefício Club®** – Um clube de ofertas exclusivas para usuários dos produtos Ticket®, com ofertas exclusivas em diversas lojas, restaurantes, lazer e muito mais!



### + Vantagens Ticket® para o empresário:

**Cartão RH** – Implementação rápida e simples do benefício alimentação para toda a sua equipe.

**Sistema próprio** – O sistema Ticket® permite que você gerencie seu benefício inteiramente online, onde, como e quando quiser.

**Programa Avante** – Com dicas de alimentação, saúde e bem-estar, incentive seus colaboradores a terem hábitos mais saudáveis.